



Ata nº 012 da Sessão Ordinária nº 012, de 20 de fevereiro de 2014.

Às nove horas do dia vinte de fevereiro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**, **DANIEL LAVAREDA**, **MARA LÚCIA**, **CEZAR COLARES**, **ANTÔNIO JOSÉ** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 1587/2013; presença da Procuradora Chefe do Ministério Público de Contas, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 650012001-00 – 200203223-00; Prefeitura Municipal de Salinópolis**; Prestação de Contas – 2001; Responsável Raimundo Paulo dos Santos Gomes; Instrução Auditoras Nair Centeno de Oliveira e Maria do Socorro Pessoa da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014**. Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 15, em razão da presença do Procurador do Ordenador no Plenário. **Processo nº 672792010-00; Fundo Municipal de Promoção e Assistência Social de Santa Cruz do Arari**; Prestação de Contas – 2010; Responsável Marcelo Pamplona - Período 01/01/2010 a 30/04/2010 e Jorge Alves Felipe - 01/05/2010 a 31/12/2010; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. Presente o Procurador do Ordenador, Dr. Hélio Martins, OAB-Pa nº 11.043, que fez uso da palavra nos termos do art. 28 do RI/TCM. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela reabertura da instrução do processo para análise da documentação apresentada em Plenário*". A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução do processo, nos termos do voto do Relator. **Processo nº 850012006-00 – 200704459-00; Prefeitura Municipal de Vigia**; Prestação de Contas – 2006; Responsável: Marlene Macedo Paiva de Vasconcelos; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério: Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Vigia a aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Marlene Macedo Paiva de Vasconcelos, por estarem regulares, nos termos do art. 32, I, da Lei Complementar nº 84/2012. **Processo nº 1250012012-00; Prefeitura Municipal de Terra Alta**; Prestação de Contas – 2012 - Governo; Responsável Aroldo do Nascimento Pinto; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas de



Governo da Prefeitura Municipal de Terra Alta, no exercício de 2012, de responsabilidade de Aroldo do Nascimento Pinto, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1250012012-00; Prefeitura Municipal de Terra Alta;** Prestação de Contas – 2012 - Gestão; Responsável: Aroldo do Nascimento Pinto; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas, com a restituição aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, devidamente atualizada, da quantia de R\$-11.936.105,54 (onze milhões, novecentos e trinta e seis mil, cento e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), conforme demonstrado no balanço financeiro, e da multa pela não remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP, multa no montante de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do art. 120-A, II e III e 120-B, IV, § 2º, do RI/TCM; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 340022011-00; Câmara Municipal de Inhangapi;** Prestação de Contas – 2011 de Gestão; Responsável: Dacivaldo Ferreira dos Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas da Câmara Municipal de Inhangapi, exercício de 2011, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, da multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), na forma do art. 120-A, II, do RI/TCM. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 890022007-00; Câmara Municipal de Bom Jesus Tocantins;** Prestação de Contas – 2007; Responsável Edirlaine Buss Dias; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação das presentes contas, devendo a Ordenadora recolher as seguintes importâncias: aos Cofres Municipais: R\$-122.419,02 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e dezenove reais e dois centavos), referente as diárias pagas acima da média dos subsídios mensais dos Edís e sem a devida comprovação; R\$-1.760,13 (hum mil, setecentos e sessenta reais e treze centavos), referente ao saldo final do exercício sem a devida comprovação por termo de conferência de caixa e extratos bancários, violando o art. 30, II, “a”, da LC nº 25/94; multa de R\$-5.040,00(cinco mil, quarenta reais), face a não remessa do RGF’s do 1º e 2º quadrimestres, com fulcro no art.5º, § 1º e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000; ao FUMREAP: multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com fulcro no art. 120-B, I, do RI/TCM, face a remessa do 1º quadrimestre fora do prazo legal; multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com fulcro no art. 120-A, II, do RI/TCM, face a inobservância do regime de competência da despesa relacionada aos encargos patronais, art. 50, II, da LRF; multa de R\$- 1.000,00 (hum mil reais), com fulcro no art. 120-A do RI/TCM, face a não remessa dos atos de abertura de créditos adicionais, não remessa dos extratos bancários, e dos Contratos Temporários de Servidores; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas, com recolhimento das seguintes importâncias: aos Cofres Municipais: R\$-122.419,02 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e dezenove reais e dois centavos), referente as diárias pagas acima da média dos subsídios



mensais dos Edis, e sem a devida comprovação; R\$-1.760,13 (hum mil, setecentos e sessenta reais e treze centavos), referente ao saldo final do exercício sem a devida comprovação por termo de conferência de caixa e extratos bancários, violando o art. nº 30, II, "a" da LC nº 25/94; R\$-5.040,00 (cinco mil e quarenta reais), multa pela não remessa do RGF's do 1º e 2º quadrimestres, com fulcro no art. 5º, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, aplicação das seguintes multas: R\$-500,00 (quinhentos reais), face a remessa do 1º quadrimestre fora do prazo legal; R\$-500,00 (quinhentos reais), face a inobservância do regime de competência da despesa relacionadas aos encargos patronais, art. 50, II da LRF; R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fulcro no art. 120-A do RI/TCM, face a não remessa dos atos de abertura de créditos adicionais, não remessa dos extratos bancários, e dos Contratos Temporários de Servidores. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 852022006-00 – 200702188-00; Fundo Municipal de Saúde de Vigia;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Maria Lúcia da Silveira Vilhena; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Vigia, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Maria Lúcia da Silveira Vilhena, por estarem regulares, nos termos do art. 32, I, da Lei Complementar nº 84, de 27/12/2012. **Processo nº 852252006-00 – 200702189-00; Fundo Municipal de Educação - FUNDEF de Vigia;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Altamiro Barroso Filho; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela regularidade, com ressalva, das contas prestadas pelo Sr. Altamiro Barroso Filho, responsável pelo Fundo Municipal de Educação e FUNDEF de Vigia, exercício financeiro de 2006, nos termos do disposto no art. 32, II da Lei Complementar nº. 84, de 27/12/2012. Desta forma, o Alvará de Quitação a ser concedido ao citado Ordenador, na quantia de R\$-6.398.049,663 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil, quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos), fica condicionado à comprovação do recolhimento ao FUMREAP, de conformidade com o art. 3º, III, da Lei n. 7.368, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, da seguinte multa: 1. R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 57, III, "a", da Lei nº 84/2012, pela não remessa do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEF".* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas prestadas pelo Sr. Altamiro Barroso Filho, responsável pelo Fundo Municipal de Educação e FUNDEF de Vigia, exercício financeiro de 2006, nos termos do disposto no art. 32, II, da Lei Complementar nº 84, de 27/12/2012, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 57, III, "a", da Lei nº 84/2012, pela não remessa do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEF. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 850042006-00 – 200607767-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Vigia;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Camile Macedo Paiva de Vasconcelos; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no**



DOE nº 32.585, de 17.02.2014. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação, com ressalva, das contas prestadas pela Sra. Camile Macedo Paiva de Vasconcelos, Ordenadora do Fundo Municipal de Assistência Social de Vigia, exercício financeiro de 2006, nos termos do art. 32, II, da Lei Complementar nº 84, de 27/12/2012, a quem deve ser concedido o Alvará de Quitação na quantia de R\$-395.416,304 (trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta centavos), após a comprovação dos seguintes recolhimentos: 1. aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$-1.199,24 (hum mil, cento e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos), pelo “Agente Ordenador”; 2. ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 57, III, “a”, da Lei nº 84/2012, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas prestadas pela Sra. Camile Macedo Paiva de Vasconcelos, Ordenadora do Fundo Municipal de Assistência Social de Vigia, exercício financeiro de 2006, nos termos do art. 32, II, da Lei Complementar nº 84, de 27/12/2012, com recolhimento, aos Cofres Municipais no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$-1.199,24 (hum mil, cento e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos), pelo “Agente Ordenador”. **Por maioria**: ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 57, III, “a”, da Lei nº 84/2012, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1293972006-00 – 200712365-00; Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Xingu; Prestação de Contas – 2006; Responsável Nilza Maria Gonçalves de Azevedo; Instrução Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Xingu, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Nilza Maria Gonçalves de Azevedo, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei nº 25/94, com o recolhimento aos Cofres Públicos, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$ - 735.453,72 (setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta centavos), referente a conta “Agente Ordenador”. Ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$ - 3.001,00 (três mil e um reais), com fundamento no art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva de toda a documentação quadrimestral (superior a 90 dias)”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Xingu, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Nilza Maria Gonçalves de Azevedo, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei 25/94, com recolhimento aos Cofres Públicos, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$ - 735.453,72 (setecentos e trinta cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e setenta centavos), referente à conta “Agente Ordenador”. **Por maioria**: ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$- 3.001,00 (três mil e um reais), com fundamento no art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva de toda a documentação quadrimestral (superior a 90 dias). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1310062008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Bannach; Prestação de Contas – 2008;**



Responsável Lucineia Alves da Silva Oliveira; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora -
Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 914002007-00; Fundo Municipal de Saúde de Curionópolis;** Prestação de Contas – 2007; Responsável Socorro de Maria C. Ribeiro (Período 01.01 a 30.04.2007), João Francisco B. De Oliveira (Período 01.05 a 31.08.2007) e Elizeth R. Almeida Abreu (Período 01.09 a 31.12.2007); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Curionópolis, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Elizeth R. Almeida Abreu, no período de 01.09 a 31.12.2007, e pela não aprovação das contas referentes aos períodos de 01.01 a 30.04.2007 e 01.05 a 31.08.2007, de responsabilidade de Socorro de Maria C. Ribeiro e João francisco B. de Oliveira, respectivamente, com a expedição do Alvará de Quitação em favor de Elizeth R. Almeida Abreu. Recolhimento ao FUMREAP: Socorro de Maria C. Ribeiro: - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), multa pela realização de despesas sem processos licitatórios, com base no art. 282, I, “b”, do RI/TCM/PA; - R\$ 1.000,00 (hum mil reais), multa pelo não encaminhamento do parecer do Conselho Municipal de Saúde do 1º quadrimestre de 2007, com base no art. 282, III, “a”, do RI/TCM/PA; João francisco B. de Oliveira - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de multa pela realização de despesas sem os processos licitatórios, com base no art.282, I, “b”, do RI/TCM/PA, - R\$ 1.000,00 (hum mil reais), multa pelo não encaminhamento do parecer do Conselho Municipal de Saúde do 2º quadrimestre de 2007, com base no art. 282, III, “a”, do RI/TCM/PA; encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências que entender cabíveis; ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal*”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Curionópolis, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Elizeth R. Almeida Abreu, no período de 01.09 a 31.12.2007, com a expedição do Alvará de Quitação, e pela não aprovação das contas referentes ao períodos de 01.01 a 30.04.2007 e 01.05 a 31.08.2007, de responsabilidade de Socorro de Maria C. Ribeiro e João francisco B. De Oliveira, respectivamente, com o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências que entender cabíveis; ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Por maioria:** ao FUMREAP, recolhimento das seguintes multas: Socorro de Maria C. Ribeiro: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela realização de despesas sem processos licitatórios, com base no art. 282, I, “b”, do RI/TCM/PA; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não encaminhamento do parecer do Conselho Municipal de Saúde do 1º quadrimestre de 2007, com base no art. 282, III, “a”, do RI/TCM/PA; João francisco B. De Oliveira: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela realização de despesas sem os processos licitatórios, com base no art. 282, I, “b”, do RI/TCM/PA; - R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo não encaminhamento do parecer do Conselho Municipal de Saúde do 2º quadrimestre de 2007, com base no art. 282, III, “a”, do RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mar Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 384002007-00; Fundo Municipal de Educação de Jacundá;** Prestação de Contas – 2007; Responsável Adão Ribeiro Soares; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Jacundá, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Adão Ribeiro Soares, com recolhimento aos Cofres Municipais: - R\$- 1.101.109,06 (hum milhão, cento e um mil, cento e nove reais e seis*



centavos), correspondente ao lançamento da conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado, com base no art. 286 e parágrafos, do RI/TCM/PA; ao FUMREAP, multa de - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo dano ao Erário causado pela conta "Agente Ordenador", com base no art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Jacundá, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Adão Ribeiro Soares, com recolhimento aos Cofres Municipais no valor de R\$-1.101.109,06 (hum milhão, cento e um mil, cento e nove reais e seis centavos), correspondente ao lançamento à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado, com base no art. 286 e parágrafos do RI/TCM/PA. **Por maioria:** ao FUMREAP, multa no valor de R\$-15.000,00 (quinze mil reais), pelo dano ao Erário causado pela conta "Agente Ordenador", com base no art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 672712010-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Arari;** Prestação de Contas – 2010; Responsável Gerson Lúcio Gomes Dumont; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Arari, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Gerson Lúcio Gomes Dumont, com recolhimento ao FUMREAP de multa nos seguintes valores: - R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 120-B, I e II, do RI/TCM/PA; - R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sobre a ausência de licitação, com base no art. 57, da LC nº 084/2012; - R\$-3.000,00 (três mil reais), pelas irregularidades em processos licitatórios, com fundamento no parágrafo único do art. 120-A, IV, do RI/TCM/PA; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual; ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1040072009-00; Fundo Municipal de Educação de Tailândia;** Prestação de Contas – 2009; Responsável Silvana Alves Vieira; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Tailândia, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Silvana Alves Vieira, por falha grave e danosa ao Erário, realização de despesas sem licitação, devendo a Ordenadora recolher ao FUMREAP/TCM, multa no seguinte valor: - R\$-12.724,42 (doze mil, setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos), pela realização de despesas de R\$-636.221,23 (seiscentos e trinta e seis mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e três centavos), não licitadas, com base no art. 57, da LC nº 084/2012; cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade; Dê-se imediata ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Tailândia, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Silvana Alves Vieira, com o



encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade e ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Por maioria:** recolher ao FUMREAP/TCM, multa no seguinte valor: - R\$-12.724,42 (doze mil, setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos), pela realização de despesas no valor de R\$-636.221,23 (seiscentos e trinta e seis mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e três centavos), não licitadas, com base no art. 57, da LC nº 084/2012. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Às dez horas e cinquenta minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo registrou a presença, em Plenário, de 40 (quarenta) alunos da Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental "Augusto Montenegro", que estão em visita a esta Corte de Contas, como parte do projeto "TCM de portas abertas", que tem por objetivo difundir a importância do exercício da cidadania, com a divulgação das ações do Tribunal, sua competência institucional e importância para a sociedade. Em seguida, os demais Conselheiros e Procuradora do Ministério Público de Contas saudaram os estudantes, agradeceram a visita e esclareceram, em breve síntese, o funcionamento do Órgão apresentado. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 832042009-00; Fundo Municipal de Assistência de Tomé-Açu;** Prestação de Contas – 2009; Responsável Francilene de Almeida e Almeida (Período de 01/01 a 01/02), Cecília Reinaldo de Oliveira (Período de 02/02 a 05/02) e Aurenice Corrêa R. dos Reis (Período de 06/02 a 31/12); Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014..** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas de responsabilidade de Francilene de Almeida e Almeida (período de 01/01 a 01/02/2009) e de Cecília Reinaldo de Oliveira (período de 02/02 a 05/02/2009), e não aprovação de Aurenice Corrêa Ribeiro dos Reis (período de 06/02 a 31/12/2009). A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Tomé Açu, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Francilene de Almeida e Almeida (período de 01/01 a 01/02), de Cecília Reinaldo de Oliveira (período de 02/02 a 05/02) e de Aurenice Corrêa Ribeiro dos Reis (período de 06/02 a 31/12), com recolhimento ao FUMREAP/TCM, das seguintes multas: Ordenadora: Francilene de Almeida e Almeida – (Período 01/01 à 01/02/2009) - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo não envio de documentação obrigatória, nos termos do art. art. 120-B, § 1º e o des controle financeiro e orçamentário, com fundamento no art. 120-A, II. Ordenadora: Cecilia Reinaldo de Oliveira – (Período 02/02 a 05/02/2009): - R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo des controle financeiro e orçamentário, com fundamento no art. 120-A, II, e o não atendimento de determinações do TCM. Ordenadora: Aurenice Corrêa R. dos Reis – (Período 06/02 a 31/12/2009): - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre, nos termos do art.120-B, IV, do RI/TCM/Pa; - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), pelo des controle financeiro e orçamentário, com fulcro no art. 120-A, II; - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelas falhas formais em processos licitatórios; ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal"*. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheira Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia pediu Vista dos autos. Ausência por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 432262011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Maracanã;** Prestação de Contas – 2011 de Gestão; Responsável Maria Eliana dos Santos Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Maracanã, exercício de 2011, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo descumprimento do art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/00. Ausência, por ocasião de votação, do



Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 840022006-00 – 201304044-00; Câmara Municipal de Tucuruí;** Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 22.953 (Prestação de Contas de 2006); Responsável José Vieira de Almeida; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *“pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso apresentado, no sentido de reformar a decisão contida no Acórdão nº 22.953, desta feita pela, aprovação, com ressalvas, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tucuruí, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. José Vieira de Almeida. Ficam mantidas as multas cominadas na decisão recorrida de: 1) R\$-3.001,00 (três mil e um reais), nos termos do Art. 120-B, III, do RI/TCM (vigente à época), pela remessa intempestiva da documentação dos 1º (54 dias) e 2º (120 dias) quadrimestres. 2) R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do Art. 120-A, II, do RI/TCM (vigente à época), pelo descumprimento do limite previsto no Art. 29, VI, “c”, da Constituição Federal. Deve o referido Ordenador recolher aos Cofres Públicos Municipais as quantias devidamente atualizadas. Após o recolhimento das multas cominadas, seja emitido o respectivo Alvará de Quitação em favor do responsável, no valor de R\$ 5.568.277,21 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais e vinte e um centavos), pelas despesas ordenadas”.* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para reformar a decisão contida no Acórdão nº 22.953, desta feita pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Câmara Municipal de Tucuruí, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. José Vieira de Almeida. **Por maioria:** mantidas as multas cominadas na decisão recorrida de: 1) R\$-3.001,00 (três mil e um reais), pela remessa intempestiva da documentação dos 1º (54 dias) e 2º (120 dias) quadrimestres. 2) R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do Art. 120-A, II, do RI/TCM (vigente à época), pelo descumprimento do limite previsto no Art. 29, VI, “c”, da Constituição Federal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201307258-00 – 141812006-00; Fundação Municipal de Assistência ao Estudante/Belém;** Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 23.160, de 17.01.2013 (Prestação de Contas de 2006); Responsável Celeste Santos de Castro; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso para modificar o teor do Acórdão nº 23.160/2013-TCM/PA e, por conseguinte, aprovar a prestação de contas da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante, exercício de 2006, sob a responsabilidade da Sra. Celeste Santos de Castro, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ 5.256.407,24 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sete reais e vinte e quatro centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201206308-00; Prefeitura Municipal de Gurupá;** Prestação de Contas do Convênio nº 002/2011, firmado entre o Município de Gurupá e Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Gurupá; Responsável Milton Santo de Brito Pena; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.585, de 17.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência



proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 002/2011, da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Gurupá, de responsabilidade de Milton Santo de Brito Pena, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ 88.632,00 (oitenta e oito mil, seiscentos e trinta e dois reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 201313824-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal – IPMC; Aposentadoria - Registro da Portaria nº 088/2013, de 26.08.2013; Interessada Antônia de Fátima Fernandes; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 201215705-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR; Aposentadoria - Registro da Portaria nº 070/2012 de 12.09.2012; Interessado Arlindo Pereira da Silva; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 201300140-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 1665/12, de 07/12/12; Interessada Sônia Moreira Lima; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 201109569-00; IPAMB/PMB; Pensão - Portaria nº 0503/11, de 09.05.11; Interessado Francisco Miguel Marques; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 201200204-00; IPAMB/PMB; Pensão - Portaria nº 1324/12, de 02.10.12; Interessada Maria das Graças Cruz Bulhões; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a Presidência da Sessão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA: O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para apresentar ao Plenário 3 (três) propostas de Resoluções (nº 11.408, nº 11.409, e nº 11.410), já distribuídas aos Gabinetes dos Conselheiros, para deliberação na Sessão da próxima terça-feira, dia 25. O Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Aloísio Chaves pediram a palavra para sugerir algumas alterações a serem efetuadas nos Atos apresentados, o que foi acatado por todos os presentes.

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA a presente Sessão, às onze horas e quarenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.



399 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte de fevereiro de dois mil e
400 quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão